



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006923-54.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor**  
 Requerente: **Rodrigo Andreotti Musetti**  
 Requerido: **Lg Electronics do Brasil Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação em que o autor alegou que no dia 22 de dezembro de 2010 adquiriu um televisor fabricado pelo réu, o qual apresentou vício de funcionamento em 11 de junho de 2015.

Alegou ainda que o encaminhou à assistência técnica e que depois foi informado que o problema se deu na placa principal do produto, demandando o respectivo conserto o dispêndio de R\$ 1.036,00.

Salientou que não poderia arcar com esse gasto porque a durabilidade do bem deveria corresponder à sua vida útil (que equivaleria no caso a 60.000h ou 20 anos), de sorte que almeja à condenação da ré à substituição do televisor por outro novo ou à restituição do valor pago por ele.

Já externei meu entendimento quanto à solução do feito demandar a realização de perícia, na esteira da sentença de fls. 109/113.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Não obstante, e em obediência ao determinado no v. acórdão de fls. 134/135, enfrento o mérito da controvérsia.

Preservado o respeito que tributo ao autor, cuja combatividade e excelente qualificação profissional restaram positivadas ao longo do feito, reitero as razões expostas no decisório já prolatado.

Nesse sentido:

*"Extrai-se do documento de fl. 26 que o produto deixou de funcionar por problema em sua placa principal, mas nele não há menção alguma sobre o que o teria motivado.*

*Diante desse cenário, não firmo base sólida para estabelecer a conclusão de que a falha na fabricação do produto foi o que provocou os fatos descritos pelo autor.*

*Se é indiscutível que isso pode ter sucedido, não vislumbro a partir do que restou amealhado lastro consistente que respalde tal ideia ou, de outra banda, que afaste a possibilidade de algum outro fator ter influído no resultado apurado, não se podendo olvidar que o televisor funcionou durante quatro anos e seis meses" (fl. 110).*

Em face do quanto restou expendido, e a par das considerações do autor, tomo-as como insuscetíveis de estabelecer segura convicção de que a situação posta decorreu de vício de fabricação.

A rejeição da postulação vestibular é por isso medida consentânea com a posição externada.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 15 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**